

## UM GABINETE DE LEITURA À BEIRA MAR: OS PRIMÓDIOS DA BIBLIOTHECA<sup>1</sup> RIO-GRANDENSE (1846-1878)

**Vanessa Barrozo Teixeira Aquino**

Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.  
vanessa.barrozo@ufrgs.br  
<https://orcid.org/0000-0003-3428-7428>

### RESUMO

O presente trabalho aborda como se deu a constituição do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande/RS, em 1846, um dos gabinetes mais antigos do Brasil, e que se transformará, no decorrer do século XIX, em Bibliotheca Rio-Grandense. Além de reunir uma coleção significativa de livros e periódicos nacionais e estrangeiros também disponibilizava seus espaços para reuniões de agremiações locais e para aulas públicas e privadas voltadas para o ensino secundário. O *corpus* da pesquisa contempla documentos produzidos pela Instituição, bem como anúncios, notas e artigos presentes na imprensa local. Conclui que essa Instituição se constituiu como um espaço de sociabilidade e de instrução voltado para determinados grupos sociais, principalmente, vinculados ao comércio e que precisou ampliar sua função social e se transformar em biblioteca a fim de garantir sua continuidade.

**Palavras-chave:** Gabinete de Leitura. Bibliotheca Rio-Grandense. Cidade do Rio Grande.

### A READING CABINET BY THE SEA: THE BEGINNING OF BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE (1846-1878)

### ABSTRACT

This work approaches the constitution of the Reading Cabinet of the city Rio Grande/RS in 1846, one of the oldest cabinets in Brazil, that will turn into Bibliotheca Rio-Grandense library throughout the XIX century. In addition to gathering a significant collection of books and national and foreign journals, it also provided spaces for meetings and local associations and to public and private classes directed to secondary school. The *corpus* of this research analyzes documents made by the institution, as well as announcements, notes, and articles of the local press. It concludes that this institution was built as a social and educational space conceived for certain social groups, mostly linked with local trading, and it had to expand its social role and transform it into a library to guarantee its continuity.

**Keywords:** Reading Cabinet. Bibliotheca Rio-Grandense. Rio Grande city.

Recebido em: 27/09/2020

Aceito em: 04/02/2021

Publicado em: 12/07/2021

## 1 O GABINETE DE LEITURA DA CIDADE DO RIO GRANDE

O Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, criado em 15 de agosto de 1846, é uma instituição cuja trajetória se mistura com a história do município, com a história das bibliotecas e com diferentes histórias de vida<sup>2</sup>. É significativo pontuar que a origem dos Gabinetes de Leitura no Brasil data do período imperial e, conforme Martins (1999, p.396),

<sup>1</sup> Será utilizada a grafia da época.

<sup>2</sup> Este artigo aborda um recorte dentro de uma pesquisa mais ampla vinculada à tese de Doutorado da autora, defendida, em 2017, sob orientação do Prof. Elomar Tambara no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

eles foram “as primeiras bibliotecas populares e públicas do país”. Tratava-se de espaços inovadores com ênfase na prática da leitura, o que, sob certos aspectos, entra em contradição com a realidade brasileira da época, constituída por uma sociedade de maioria analfabeta, sendo que a instrução pública sofria com a carência de recursos, de professores e de instituições escolares (ALMEIDA, 2000).

O pesquisador Nelson Shapochnik (2005) ressalta que, além da precariedade do sistema de instrução pública e conseqüente índice de analfabetismo, outras questões, como as altas taxas de impressão e encadernação dos livros, também confirmam a dificuldade de criação de espaços de leitura em território brasileiro no período oitocentista. Todavia, apesar das adversidades, essas instituições foram surgindo e se estabelecendo, ao longo do século XIX, sendo sustentadas por uma elite intelectual com influência econômica, no caso de Rio Grande, uma elite formada por empresários do ramo do comércio. De acordo com Shapochnik (2005), o ápice do surgimento desses estabelecimentos devotados à leitura e ao empréstimo de livros, tanto gabinetes como bibliotecas públicas, ocorreu nas décadas de 1860 e 1870, dado que reforça um movimento de vanguarda intelectual na cidade do Rio Grande, que criou o Gabinete de Leitura no final da década de 1840.

Um dos gabinetes mais antigos do Brasil é o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, criado em 1837. Cabe salientar que esse gabinete, criado na sede do governo, distancia-se apenas nove anos do Gabinete de Leitura criado na cidade do Rio Grande, ao sul da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tal fato evidencia um importante foco de intelectualidade que começava a se constituir, apesar da distância geográfica com o centro político e cultural do Império.

Ao longo desse período, já existia o que se pode definir como uma “rede de bibliotecas” (SCHAPOCHNIK, 2005, p.243), instaladas e em pleno funcionamento no território brasileiro. Os gabinetes de leitura ou clubes de leitura (DARNTON, 2010),

---

<sup>3</sup> O gabinete português surge a partir da reunião de 43 portugueses que residiam e trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro, os quais iniciaram a organização de uma associação que tinha como principal objetivo “promover a instrução e melhorar o nível de conhecimento dos compatriotas que chegavam para realizar seus projetos de vida no país de acolhimento” (ANACLETO, 2004, p. 6). Segundo Almeida (2000, p.256), “Por volta de 1837, os acontecimentos políticos em Portugal repercutiram vivamente nos espíritos no Brasil; como a mãe-pátria, os portugueses do Rio de Janeiro estavam divididos pelas posições políticas, mas permaneciam unidos quando se tratava do bem-estar e da instrução pública. Os homens mais influentes agrupavam-se, então, ao redor do cônsul-geral de Portugal, o Conselheiro João Batista Moreira ou Dr. Coelho Lousada. Entre eles, nasceu a ideia da fundação do Gabinete Português de Leitura”. Em 1880, o Gabinete Português era considerado a biblioteca mais importante do Brasil, depois da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. Nesse período, o gabinete contava com 91 títulos de publicações periódicas de todo o mundo (ANACLETO, 2004).

também denominados de bibliotecas associativas eram espaços masculinos de sociabilidade e podem ser definidos como:

[...] sociedades de caráter privado, implicando no pagamento de jóia ou na aquisição de ações. Em muitos casos, a emergência destas associações foi capitaneada pelas comunidades estrangeiras radicadas nestas terras, franqueando a leitura nas salas e demais dependências da instituição e favorecendo o empréstimo externo de obras. Eventualmente fornidos de bilhares e bares, os gabinetes de leitura e as associações literárias e culturais, não raro também se converteram em espaços de convivialidade e de reiteração dos vínculos identitários. Sobejamente, mediados pela cultura letrada e impressa disponibilizada aos seus associados sob a forma de fundos variados, quer no número de volumes e exemplares, quer na disponibilidade de autores e temas, materializados em livros encadernados, brochuras e periódicos nacionais e estrangeiros (SHAPOCHNKI, 2005, p.236).

Nessa perspectiva, cabe destacar que as redes de sociabilidade estão diretamente atreladas ao *status* profissional dos indivíduos, o que reforça o uso do conceito weberiano de “situação de classe”, conceito que se insere na organização de um determinado grupo social, o qual envolve a distribuição de poder dentro de uma comunidade (WEBER, 1982). Para sustentar determinada situação de classe, esses sujeitos organizavam-se em redes, que possuem alguns padrões, tais como:

Quanto mais se ascende na escala social, mais numerosas se tornam as relações sociais. Ademais constata-se uma forte “homogamia”, ou “homofilia”, das relações, confirmando a velha máxima: “Cada qual com seu igual”. Por fim, as redes de sociabilidade estão fortemente ancoradas em contextos sociais preciosos: as relações sociais se constituem a partir da família, do local de trabalho, da residência e dos lazeres (DORTIER, 2010, p.596).

De acordo com Shapochnik (2005), os gabinetes de leitura foram fundados por grupos estrangeiros, entre os quais se destacam: portugueses, alemães, ingleses e suíços. De acordo com o autor, os gabinetes vinculados à comunidade lusitana foram oito, já Anacleto (2004) afirma que os gabinetes de caráter português criados no Brasil foram três, localizados no Rio de Janeiro, em Recife (1850) e em Salvador (1863). Vale ressaltar que os autores não pontuam a existência do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, fato que reforça o ineditismo e a relevância em abordar a trajetória desta instituição no contexto nacional.

Segundo Anacleto (2004), os modelos de gabinetes de leitura teriam sido inspirados no modelo francês que se intitula *boutiques à lire*, que surge na França no final do século

XVIII. Esses locais tinham como finalidade emprestar livros, mediante pagamento de empréstimo. De acordo com Robert Darnton (2010), em 1770, na França, Nicholas Gerlache, com sua esposa, funda uma pequena livraria e oficina de encadernação, a qual, futuramente, também contará com um clube de leitura (*cabinet littéraire*), “onde os moradores da cidade, principalmente os soldados da guarnição local, podiam ler qualquer coisa em sua loja por três libras mensais” (DARNTON, 2010, p.164).

No caso dos gabinetes de caráter português, é importante lembrar que eles possuem algumas particularidades que acabam convergindo com os gabinetes de leitura brasileiros que vão surgindo ao longo do século XIX.

[...] os gabinetes têm duas particularidades a distingui-los: a primeira, porque não tinham fins lucrativos e a segunda, porque seus dirigentes, desde o início, passaram a adquirir coleções e obras raras, “manuscritos de mérito da língua portuguesa”, como se intuíssem que, no futuro, eles ganhariam uma outra dimensão que não apenas a de atender ao interesse imediato de leitura de seus associados (ANACLETO, 2004, p.6).

No caso do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, algumas dessas características podem ser percebidas. Um dos membros fundadores do Gabinete foi João Barbosa Coelho, comerciante português membro da elite mercantil local, que, em razão desse feito, recebe o título de sócio benemérito pelos serviços prestados àquela sociedade, sendo reconhecido, principalmente, por ter sido o “criador do Gabinete” (DRG, 28/01/1856). A finalidade principal desse espaço de sociabilidade era organizar uma biblioteca com um acervo documental diverso, composto por “[...] dicionários, mappas, atlas, jornaes e livros [...]” (REGIMENTO, 1877, p.3). Os acionistas e sócios tinham o direito de frequentar o espaço, utilizar/consultar os livros e demais documentos, inclusive levando-os para casa, além de poder indicar a compra de outras obras para que a Diretoria pudesse manter o acervo do Gabinete em constante atualização.

Esse movimento de aquisição de novas obras era divulgado constantemente na imprensa local: “GABINETE DE LEITURA – Participa-se aos Srs. accionistas e sócios do gabinete de leitura, que as obras que se mandaram vir do **Rio de Janeiro e Lisboa**, já se acham a disposição dos mesmos senhores. Viegas, secretario” (DRG, 16/02/1859, grifo da autora). Além dos livros, revistas e jornais que eram adquiridos pela instituição, muitos sócios também doavam obras de suas bibliotecas particulares para o Gabinete, como foi o caso das doações dos sócios B.A de G. Pacheco, J. da C. Azevedo Pereira e do então

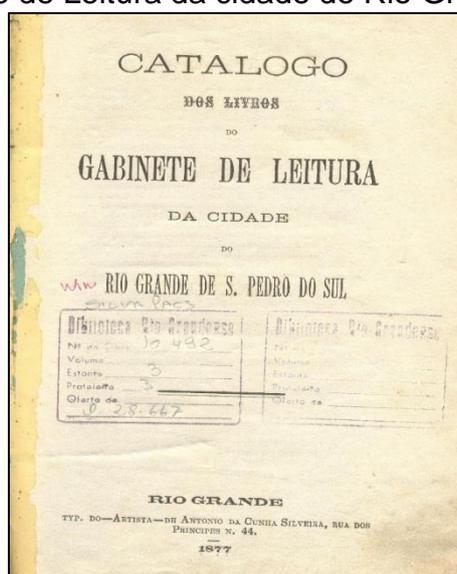
presidente Miguel Tito de Sá, em janeiro de 1856, que contemplavam livros de Alexandre Dumas, La Fontaine e James F. Cooper (DRG, 30/01/1856).

É válido destacar a grande quantidade de obras em inglês e francês, além das diferentes temáticas que existiam nesse acervo, que reunia desde livros didáticos, como *Éléments d'arithmétique*, até traduções de obras de autores renomados da época como Victor Hugo. Na imprensa, o Gabinete alertava seus sócios: “Já se acha á disposição dos Srs. accionistas a nova collecção de romances, e algumas obras históricas e de litteratura, em portuguez e francez, vindas ultimamente do Rio de Janeiro. O bibliothecario, J. V. Tourinho Filho” (DRG, 16/10/1849).

Através do Catálogo dos livros do Gabinete de Leitura, publicado em 1877 (Figura 1), podemos perceber que muitas das obras ali existentes eram consideradas “proibidas” para a época, sendo essa uma característica dos gabinetes fundados no período imperial. Segundo Ana Luiza Martins:

A rigor, tratava-se de uma casa de livros proibidos. *Proibidos* porque laicos, quando as tradicionais bibliotecas públicas do país apresentavam perfil religioso, guardando na sua maioria livros sacros ou de ciências naturais. *Proibidos* porque continham títulos importantes do pensamento iluminista, não obstante sua defasagem com o tempo europeu. Se na Europa os escritos de Marx já eram temidos diante da proletarização da sociedade, no Brasil rural e escravocrata se vivia ainda o temor do livre arbítrio e do liberalismo. *Proibidos* porque introduziam a escola realista e naturalista. *Proibidos* porque abundavam de romances-folhetins, leitura para a mulher, por excelência, alguns percebidos como perniciosos para a formação das mentes (MARTINS, 1999, p.404-405).

**Figura 1** – Folha de rosto do Catálogo dos Livros do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande (1877).



Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

No acervo foram identificadas obras em diversos idiomas como francês, inglês, latim, espanhol, alemão e português. Na perspectiva de livros que poderiam ser considerados proibidos na época, destaco algumas seções presentes no Catálogo. Na *Seção IX*, que reunia os livros voltados à *Crítica, à Filosofia, à Retórica e à Lógica*, encontram-se 66 obras e 99 volumes disponíveis para consulta. Nessa coleção, foi possível identificar diversas obras voltadas ao Espiritismo, muitas traduções e originais de Alan Kardec, o que, de certa forma, entra em contraposição às obras voltadas à razão, como *Critique de la raison pure* de Kant (1845) e *Filosofia de la historia* de Voltaire (1825), em espanhol. Na *Seção X*, voltada para a *Educação*, incluindo gramáticas e dicionários, são registradas 82 obras e 119 volumes. Dessa coleção, destacamos o *Systema brittanico de educação* de Lancaster (1823), sistema indicado pela Lei Geral do Ensino de 1827<sup>4</sup>; a *Grammatica franceza* de E. Sévene<sup>5</sup> (1843); *Aventuras de Telemaco* por Fénelon<sup>6</sup> (1845), disponibilizada em diversos idiomas e, na sua versão em espanhol, a edição data de 1798; *Emilie ou de la educacion* de Rousseau (1794); *Codigo do bom tom, ou regras de civilidade, e de bem viver no século XIX* de Roquette (1845) e *Curso normal para os professores de primeiras lettras* por Degerando<sup>7</sup> (1839).

Na *Seção XV – Literatura*, foram encontradas diversas obras de autores iluministas como Montesquieu, Rosseau e Voltaire, os quais “embasavam a postura revolucionária do século XVIII” (MARTINS, 1999, p. 406). Destaco as seguintes obras: *Oeuvreus completes de J. J. Rousseau* (1825); *Oeuvreus completes de Voltaire* (1822); *Oeuvreus*

<sup>4</sup> O método Lancaster ou método de ensino mútuo foi definido para todas as escolas do Império a partir da Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827 (TAMBARA; ARRIADA, 2005). De acordo com seu Artigo 4º: “[...] As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se” (BRASIL, 1827 apud TAMBARA; ARRIADA, 2005, p.24).

<sup>5</sup> Segundo Arriada (2007, p.289), essa gramática integrava o Programa de ensino do Liceu D. Afonso, importante instituição de ensino secundário localizada na capital da Província, Porto Alegre, desde 1859: “A Gramática de Emílio Sevène, publicada em dois tomos (o primeiro trata da gramática, o segundo é dedicado aos exercícios), foi adotada pelo Liceu D. Afonso. Desde 1856, o Colégio Pedro II adotava a obra, substituída no programa de 1877 pela de Halbout”.

<sup>6</sup> Conforme Arriada (2007), Fénelon também fazia parte do Programa de 1859 do Liceu D. Afonso, o qual seguia o Programa do Collegio Pedro II de 1858, instituição referência de ensino secundário localizada no Rio de Janeiro, capital da Corte. Segundo o pesquisador: “Alguns desses textos tinham explicitamente um caráter pedagógico, caso típico de Fénelon e La Fontaine. Trechos escolhidos desses autores eram exaustivamente trabalhados em sala de aula. “Aventuras de Telêmaco”, por exemplo, deviam cativar os alunos pela sua linguagem épica e mitológica, sendo um dos autores mais lembrados na memória dos estudantes brasileiros. Nessa obra, Fénelon aborda noções de mitologia, de história, de literatura, de filosofia, com conselhos de procedimento, de conduta. Ao mesmo tempo que pode ser caracterizada como um romance, também não deixa de ser um tratado de educação e política” (ARRIADA, 2007, p.291).

<sup>7</sup> Segundo Tambara (2003), essa obra foi traduzida por João Candido de Deus Silva e possui 421 páginas, as quais apresentam orientações para o ensino normal. Cabe destacar que a tradução desta obra é “acompanhada das leis gerais e provinciais sobre o ensino primário da época” (TAMBARA, 2003, p.94).

de Montesquieu (1805). Na *Seção XVIII*, voltada às *Novelas e Romances*, encontrei José de Alencar, Camillo Castelo Branco, o qual revelava “a crise da tradição e dos velhos interesses rurais, com uma produção que ia do amor trágico ao romance trágico e romance histórico” (MARTINS, 1999, p.406-407), com 43 obras no acervo. Na língua francesa, destacam-se: Alexandre Dumas com 72 livros, alguns com muitas cópias disponíveis como *Rainha Margot* com 05 cópias e *Mohicanos de Paris* com 15 cópias (CATÁLOGO, 1877, p.53-54); Paul Feval; Gustave Flaubert, autor de *Madame Bovary*, com *Salambó*; Victor Hugo com *Os Miseráveis*.

Outro aspecto relevante é mensurar o movimento do Gabinete de Leitura no mês de julho de 1878, um pouco antes de sua mudança para Bibliotheca Rio-Grandense, evidenciando a circulação e a prática de leitura dessa elite local:

RIO GRANDE: Movimento do Gabinete de Leitura d’esta cidade no mez de julho: Sahiram: 760 volumes; Entraram: 718 volumes; Ficam fora: 245 volumes; Durante o mesmo mez fizeram as seguintes ofertas de obras, os Srs: Pedro Marcos Rozendo: 74 volumes; Affonso Moreira Pinto: 7 volumes; Luiz Alexandre Duarte: 5 vol; Dr. Eduardo Grauert: 20 vol<sup>8</sup>; Manuel Gaspar d’Oliveira: 11 vol; Euzebio José da Silva: 3 vol; Eduardo Alves da Cruz Secco: 4 vol; Benjamim Flores: 1 vol; Julio Antonio Vasques: 1 vol; Annaes da Bibliotheca Nacional: 5 vol; Total: 131 volumes; João Gualberto Silvino Vidal, 18 numeros “Revista do Rio de Janeiro”; Julio Antonio Vasques, 3 numeros da “Revista do Rio de Janeiro”; Carlos Eugenio Fontana, “El siglo”, jornal de Montevideo. Recebeu-se também a “Democracia”, jornal de Maceió (DRG, 01/08/1878).

Uma questão importante diz respeito às relações que o Gabinete possuía com a educação do município. Desde o início da década de 1850, as aulas secundárias públicas de inglês, de francês e de geografia aconteciam no Gabinete de Leitura, que cobrava um aluguel mensal à Diretoria da Instrução Pública (TEIXEIRA, 2017). Todavia, com a criação e abertura do Liceu D. Afonso, em Porto Alegre, instituição referência de ensino secundário público para a Província, o governo decide por extinguir as aulas secundárias avulsas e transferir os professores públicos para o Liceu ou licenciar aqueles que optassem por não assumir esse cargo na capital<sup>9</sup> (SCHNEIDER, 1993).

<sup>8</sup> O Prof. Eduardo Grauert integrava a elite intelectual local e além de estar vinculado ao Gabinete de Leitura atuou como professor particular e fundador do *Collegio União*, importante colégio particular criado na década de 1860 (TEIXEIRA, 2017).

<sup>9</sup> A Lei nº 199 de 05 de dezembro de 1850 em seu Artigo 5º, estabelecia as seguintes resoluções: “§1º – Ficam extintas as aulas maiores da Província, e seus professores serão empregados no Liceu, como proprietários, ou substitutos, não podendo receber os seus vencimentos sem atestado de frequência, passando pelo Diretor do Liceu. § 2º – Será concedida licença sem limitação de tempo aos atuais Professores, que recusarem vir lecionar no Liceu: esta licença será concedida com duas terças partes

Segundo Teixeira (2017, p.154) “[...] os professores de Rio Grande que assumiram cadeiras no Liceu foram Dr. Cyro Pedroza (Geometria) e Pe. Manoel Braga (Latim), este último como substituto. Os demais professores se licenciaram, porém, seguiram ministrando suas respectivas aulas na cidade”. Conforme anúncio de janeiro de 1852: “[...] os professores públicos de francez, geographia e inglez das extinctas cadeiras d’esta cidade, principiam os seus trabalhos no dia 3 de fevereiro **nas salas do gabinete de leitura**; que continuam, assim como os demais objectos necessários; a ser prestados pela administração do mesmo” (DRG, 25/01/1852, grifos da autora).

Cabe mencionar que os professores públicos Manoel Coelho da Rocha e José de Pontes França, que se licenciaram e seguiram oferecendo suas aulas no Gabinete, possuíam relações estreitas com esse espaço cultural, posição que pode ter influenciado no prosseguimento do ensino secundário público no município. Na gestão de 1852-1853, Manoel Coelho da Rocha foi secretário do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande (DRG, 06/12/1852; 15/11/1853) e, no ano de 1860, o Dr. José de Pontes França foi candidato à Presidente do Gabinete de Leitura, tendo como Vice-Presidente João Barbosa Coelho (DRG, 11/02/1860). As aulas públicas foram retomadas pela administração provincial no ano de 1853, mantendo as aulas secundárias de Francês, de Geografia e de Inglês, no Gabinete de Leitura e o valor cobrado por essa Instituição seria de 25 mil réis mensais por uma sala mobiliada e livros para consulta (LIVRO DE REGISTRO<sup>10</sup>, 15 de janeiro de 1853).

A oferta de aulas de ensino secundário será interrompida em 1873, quando o governo suspende essa oferta de instrução pública na Província e, conseqüentemente, extingue a única aula secundária avulsa que ainda funcionava na cidade do Rio Grande (TEIXEIRA, 2017). Entretanto, “o ensino secundário no município não se limitava à educação pública, pelo contrário, era a educação particular que se destacava como principal meio de formação dos alunos interessados em seguir os estudos na cidade” (TEIXEIRA, 2017, p.154) e é nesse contexto que a iniciativa privada se tornará hegemônica no município.

Em paralelo, é necessário compreender os grupos sociais, as redes e os contatos que foram se estabelecendo e que compõem a trajetória de Rio Grande e do seu Gabinete

---

do respectivo ordenado aos que contarem doze anos de serviço, e com metade aos que tiverem só oito” (SCHNEIDER, 1993, p.103).

<sup>10</sup> Os *Livros de registro das Correspondências da Directoria da Geral da Instrução Pública para o presidente da Província* estão disponíveis no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) no fundo documental – *Instrução Pública*.

de Leitura. A história dos Gabinetes de Leitura do Brasil está vinculada aos núcleos de economia expressiva, como era o caso da cidade do Rio Grande naquele período, consolidando-se como espaços que “permitiam a troca de ideias, formalizavam a sociabilidade das camadas médias urbanas, divulgavam a seu modo, novas práticas culturais” (MARTINS, 1999, p.408). Logo, torna-se pertinente conhecer alguns aspectos econômicos e sociais que influenciaram diretamente na formação desses grupos e na criação desse espaço de leitura, de sociabilidade e de divulgação da cultura escrita.

## 2 UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE PARA A ELITE LOCAL

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, consolidou-se o que pode ser definida como a elite mercantil da Província de São Pedro, fato que se justifica, principalmente, com o respaldo dos estudos que evidenciam a forte presença e influência dos “homens de negócio” do Rio de Janeiro, capital do Império, na cidade do Rio Grande (OSÓRIO, 2000). Tal situação, de certa forma, pode ter influenciado ou instigado essa elite rio-grandense a pensar e, por fim, a criar o primeiro espaço público de leitura da província, já que a sede da Corte já contava com seu gabinete de leitura desde 1837. Outra hipótese estaria vinculada às origens desses imigrantes vindos de diferentes países da Europa e que, de certa forma, já exerciam essa prática de leitura e frequentavam outros espaços de sociabilidade, como Gabinetes de Leitura.

Um dos fatores determinantes para a formação de uma elite mercantil no sul do Brasil é a existência de um estratégico porto marítimo na cidade do Rio Grande, o que garantia aos comerciantes do Rio de Janeiro novas oportunidades de negócios, permitindo o abastecimento interno dos territórios luso-brasileiros desde o final do século XVIII (OSÓRIO, 2000). Como essa elite mercantil rio-grandense era responsável pelos circuitos locais de distribuição e abastecimento de mercadorias, suas negociações com o Rio de Janeiro eram constantes.

Esse contato com a sede da Corte e com o que podemos chamar de “elite mercantil carioca” pode ter influenciado e proporcionado a compra de livros e de periódicos para o acervo do primeiro Gabinete de Leitura da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como é possível observar nas publicações da imprensa local. Os fundadores do Gabinete de Leitura em Rio Grande são, sobretudo, imigrantes vinculados ao comércio, à política e à educação local. Um dos fundadores do Gabinete, João Barbosa Coelho, imigrante

português que atuou como comerciante na cidade, sendo um dos proprietários da firma *Barbosa Coelho & C.*, um armazém de cabos, que funcionava na Rua Riachuelo, localização estratégica do comércio local<sup>11</sup>, sendo extinta na década de 1870<sup>12</sup> (DRG, 13/10/1872). Exerceu diversas funções administrativas de relevância para o comércio local, atuando como secretário da *Praça do Commercio* na década de 1840 (OFFICIO<sup>13</sup>, 1848) e 1860 (OFFICIO<sup>14</sup>, 1861), vinculada à Associação Comercial da cidade do Rio Grande. Também foi membro da diretoria da Sociedade Companhia Esperança, outra companhia de seguros marítimos e contra incêndios, que atuava como uma seguradora para os comerciantes locais (DRG, 18/11/1860). Atuou como vice-cônsul de Portugal e pertencia à Diretoria da Companhia de Seguros Marítimos Fidelidade<sup>15</sup>, uma das mais antigas da cidade, além de integrar a lista de associados da Associação Comercial da cidade do Rio Grande (BERUTE, 2011).

Outra figura emblemática na história do Gabinete foi Miguel Tito de Sá, fluminense radicado em Rio Grande (MARTINS, 2006), importante comerciante local, que atuou, inclusive, na gestão da Instituição, exercendo as funções de Secretário em 1851 (DRG, 2/07/1851) e Presidente do Gabinete em 1854-1855. Exerceu diversas atividades mercantis na cidade do Rio Grande ao longo do século XIX, e, portanto, consolidou-se como membro desse grupo específico e, com base na sua trajetória e presença em determinadas entidades civis, podemos considerá-lo um indivíduo influente tanto econômica

<sup>11</sup> Segundo Martins (2006, p.75): “A dragagem e a construção do primeiro porto da cidade foram concluídas em 1823, junto ao aterro da Rua Nova das Flores, mais tarde Rua da Boa Vista (hoje Riachuelo), paralela à Rua da Praia, contribuindo para o fortalecimento das atividades comerciais e portuárias que, então, se desenvolviam na cidade”.

<sup>12</sup> Uma das razões para o encerramento de suas atividades comerciais, em Rio Grande, pode estar relacionada à sua mudança para o Rio de Janeiro, conforme nota publicada no Jornal *Diário do Rio Grande* do dia 13 de outubro de 1872: “JOÃO BARBOSA COELHO: partindo para o Rio de Janeiro no vapor Calderon, pede às pessoas de sua amizade desculpa de não ir pessoalmente receber suas ordens; e aproveita a ocasião para, muito em particular, agradecer aos dignos commerciantes com quem está relacionado, a benevolência que lhes tem dispensado, e lhes oferece seus serviços na corte” (DRG, 13/10/1872).

<sup>13</sup> Ofício manuscrito enviado ao Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d’Andréa, pela Comissão da Praça do Comércio da cidade do Rio Grande, no dia 04 de outubro de 1848, relativo ao imposto cobrado para os couros *vacuns* que eram exportados para os portos estrangeiros. Fundo documental da Junta Comercial (Maço 3/Caixa 129) – Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

<sup>14</sup> Ofício manuscrito enviado ao Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão pela Comissão da Praça do Comércio da cidade do Rio Grande, no dia 25 de abril de 1861, relativo às obras no Porto e na Barra da cidade para melhoria da navegação e, conseqüentemente, do comércio de importação e exportação. Fundo documental da Junta Comercial (Maço 3/Caixa 129) – Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

<sup>15</sup> É significativo destacar que a demanda por seguradoras desse tipo estava vinculada ao desenvolvimento das atividades mercantis que eram realizadas através do único porto marítimo da Província, que garantia aos comerciantes novas oportunidades de negócios, sendo responsáveis pelos circuitos locais de distribuição e abastecimento de mercadorias (OSÓRIO, 2000).

quanto politicamente. A partir das pesquisas realizadas por Teixeira (2017, p.104), esses grupos se organizavam em redes de contato, redes de sociabilidade já que “[...] Miguel Tito de Sá e Barbosa Coelho transitavam nos mesmos ambientes e espaços organizados pela e para a elite masculina do município”.

Como empresário, Tito de Sá manteve uma sociedade no comércio juntamente com Porfírio Ferreira Nunes<sup>16</sup> (DRG, 5/10/1856), outro importante membro da elite mercantil local<sup>17</sup>, além de ter exercido os cargos de secretário e tesoureiro da Associação Comercial da cidade ao longo da década de 1850, vindo a ser presidente no ano de 1870 (PIMENTEL, 1944). É importante destacar sua atuação nessa associação denominada de *Praça do Commercio*, a qual reunia os representantes da classe comercial da cidade. A primeira associação<sup>18</sup> desse tipo no RS foi a de Rio Grande, fundada em 1844, a da capital só será criada em 1858 (FRANCO, 1983). Foi presidente do Gabinete de Leitura no ano de 1854 e Diretor da *Sociedade Imperial Instrução e Recreio*, no ano de 1867 (DRG, 10/10/1867).

Outro comerciante, de origem portuguesa, que merece ser mencionado é Antonio Manoel de Lemos Júnior. Este empresário, natural da cidade do Porto (CESAR, 2007), atuava no ramo de couro, calçados e outros materiais de vestuário importados. No Gabinete de Leitura, Lemos Junior exerceu a função de Secretário na década de 1860<sup>19</sup> e concorreu para o cargo de Tesoureiro nas eleições de 1877 (DRG, 27/01/1877), uma função importante no cotidiano administrativo da Instituição. A trajetória de Lemos Junior como empresário no comércio local merece algumas observações. Esse comerciante português investia e transitava em outras entidades, por exemplo: foi Presidente

<sup>16</sup> Porfírio Ferreira Nunes assumiu diversos cargos administrativos junto à Associação Comercial da cidade do Rio Grande: Tesoureiro, em 1845, Vice-Presidente, em 1846, e Presidente, em 1847, (PIMENTEL, 1944; BERUTE, 2011) e, em 1854, tendo como secretário Miguel Tito de Sá (OFFICIO, 10/04/1854). Também foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia, no final da década de 1850, conforme consta na publicação *Canhenho do Diário do Rio Grande* (DRG, 06/03/1859).

<sup>17</sup> Esse comerciante era proprietário de uma empresa (*Porfírio Ferreira Nunes & Cia*), considerada uma das maiores importadoras de sal e exportadoras de charque da cidade do Rio Grande na década de 1850 (SILVEIRA, 2007). Segundo Silveira (2007, p.51-52): “O uso do sal era fundamental para a produção do charque, que era em grande quantidade escoado para o mercado interno [...]. Além disso, as charqueadas também tratavam o couro para ser exportado, sendo que uma das técnicas de conservação era a salga. Isso é mais um elemento para reforçar a grande demanda pelo sal”.

<sup>18</sup> A Associação Comercial também teve um papel fundamental no que diz respeito à influência nos setores públicos, visando a melhorias no Porto e na Barra da cidade - melhoramentos que só serão concluídas no início do século XX – a fim de beneficiar a navegação e, conseqüentemente, o comércio de importação e exportação (MARTINS, 2006).

<sup>19</sup> “Gabinete de Leitura: conservar-se o gabinete aberto nas grandes noites de inverno, devidamente iluminado. Abrindo das 11 às 14h e das 4 para fechar às 9h da noite. O secretario A. M. de Lemos Junior” (DRG, 30/03/1860).

da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande (DRG, 22/02/1889), era acionista de importantes companhias da cidade, como, por exemplo, a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio-Grandense onde possuía 25 ações em 1890 (RELATÓRIO, 1891). Além disso, foi Diretor da Companhia Industrial e Mercantil Rio-Grandense (RELATÓRIO, 1894) e membro do Conselho Fiscal da “Sociedade Commanditaria em acções Rheingantz & C.” (DRG, 09/10/1889). Sua circulação e seu investimento em diferentes companhias demonstram uma visão empreendedora para a época, pois, ao obter êxito financeiro com seu estabelecimento comercial, ele optava por investir seu capital em outros empreendimentos da cidade, os quais eram organizados e mantidos pelos próprios membros da elite local.

Em seu testamento, Lemos Junior consolida sua trajetória como membro de uma elite mercantil e intelectual, deixando diversos legados a instituições literárias, beneficentes e de ensino na cidade do Porto e de Lisboa, sugerindo que se criasse, a partir do seu legado, um prêmio denominado “Lemos Junior” para os “seis professores que maior numero de alumnos se distinguirem nos exames do 1º curso completo do Lyceu Portuense, e dois terços do mesmo rendimento pelos ditos alumnos, tambem como premio” (TESTAMENTO, 1902 apud CESAR, 2007, p.282). Para a educação da cidade do Rio Grande ele também deixa uma importante contribuição:

À Câmara Municipal da cidade do Rio Grande lego o usufruto de 150 ações da Companhia União Fabril para coadjuvar a estabelecer nesta cidade, no prazo de três anos, uma escola de curso superior, cujos exames sejam validos nas Escolas e Academias da Republica. Se o Conselho Municipal se esforçar por conseguir este desideratum, que evite os estudantes de ir à capital do Estado prestar exame na instrução pública, e puder ou quiser estabelecer uma escola politécnica denominada **Lemos Júnior**, autorizo o meu testamenteiro a elevar o donativo à cifra de 200 contos de réis (CESAR, 2007, p.32).

O primeiro curso de ensino superior da cidade não foi criado nesse período<sup>20</sup>, porém, sua doação possibilitou a criação do Ginásio Municipal Lemos Jr, em julho de 1906, sendo reconhecido pelo Governo Federal em 17 de junho de 1907 (CESAR, 2007).

Muitos são os indivíduos que fazem parte da história dessa Instituição centenária que passou por muitas transformações ao longo de sua trajetória. Vale salientar que o Gabinete de Leitura foi criado, mantido e utilizado por um determinado grupo social, uma elite local, composta, sobretudo, por imigrantes e seus descendentes, que almejavam

<sup>20</sup> Sobre a gênese do Ensino Superior na cidade do Rio Grande, ver Teixeira (2013).

seguir com suas práticas culturais de leitura e de formação intelectual. Tratava-se de um espaço seletivo, fato que pode ser observado no Relatório de 1873, publicado na imprensa local, o qual destaca que a população do município era composta por quatorze mil pessoas, sendo que apenas cento e quarenta estavam vinculadas ao Gabinete de Leitura (DRG, 01/02/1873). Esse pouco engajamento da elite foi um dos fatores que gerou certa instabilidade para a Instituição, que cogitou, por diversos momentos, fechar suas portas, sendo necessária uma mudança de rumos, uma nova configuração para manter-se viva.

### 3 NOVOS RUMOS: O GABINETE SE TRANSFORMA EM BIBLIOTHECA

Nas décadas de 1860 e 1870, a Instituição passou por momentos de dificuldades financeiras, quase sendo extinta. Tal situação era constantemente reproduzida nos jornais, como forma de mobilizar a população sobre a importância desse espaço cultural. Em campanha para novas eleições do Gabinete, no ano de 1860<sup>21</sup>, as notas na imprensa destacam a situação delicada em que se encontrava a Instituição:

O Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, está a morrer, está abandonado, atirado as moscas: é preciso que uma mão forte o levante do torpor a que o atiraram, e isso não se fará se os Srs. sócios e accionistas não deliberarem na organização de uma directoria digna d'esse nome e dos sufragios dos interessados (DRG, 11/02/1860).

Ao completar 26 anos de existência no município, a situação do Gabinete ainda era preocupante. No Relatório apresentado pelo então Presidente, Rodrigo José de Lamare, em janeiro de 1873, são publicadas críticas ao pouco investimento por parte do governo e à falta de dedicação da comunidade a esse espaço, mencionando, inclusive, que a grande maioria da população rio-grandina, que era marcada por um “espírito mercantil”, acabava só se preocupando com as “transações comerciais” e não investia naquilo que significava “alimento do espírito e da alma” (DRG, 01/02/1873).

É doloroso á directoria o ter de aqui consignar que a vida ephemera que arrasta esta util associação, ameaça extingui-la, e o fará, se um braço forte e esforços bem combinados, não vierem o mais breve possível, alenta-la de nova seiva, fazendo-a sahir do marasmo em que vegeta ha alguns annos. É para sentir, na verdade, que instituição unica d'esta ordem na província, tão pouco favorecida seja, quer dos particulares ou mesmo por parte do governo (DRG, 01/02/1873).

<sup>21</sup> Uma das chapas para nova diretoria do Gabinete tinha como candidatas à presidência do Gabinete: Dr. José de Pontes França, médico e professor público da cadeira de francês na cidade e João Barbosa Coelho.

É importante problematizar que essa instituição era voltada ao público masculino pertencente a uma elite mercantil e intelectual, todavia cabe lembrar que a grande maioria da população ainda era analfabeta e o Governo Provincial pouco investia na instrução pública. Contudo, a crítica estava voltada ao seletivo grupo de empresários locais que poderiam investir seu capital nessa Instituição, mas optavam por investir em outros espaços, inclusive em outras sociedades recreativas, como a *Imperial Sociedade de Instrução e Recreio*, criada na década de 1850.

É significativo pontuar, mesmo de forma breve, que a atuação dessa sociedade recreativa particular era voltada para os grupos sociais com poder aquisitivo para a manutenção das redes de sociabilidade da elite mercantil e intelectual da cidade. É possível identificar que muitos membros do Gabinete de Leitura também se farão presentes nesse espaço de sociabilidade. Por exemplo, o Secretário da *Imperial Sociedade de Instrução e Recreio*, Candido de Souza Rangel, também exercia, nesse mesmo período, a função de Bibliotecário no Gabinete de Leitura da cidade, vindo a ser Tesoureiro da Instituição na década de 1890 (RELATÓRIO, 1893).

Essa agremiação, com longa trajetória na cidade, tinha como principais objetivos “o conagraçamento e o oferecimento de oportunidades de lazer a seus membros” (LONER, 1999, p.118). Contudo, além das atividades de cunho recreativo como jogos, bailes e saraus, essa Instituição, percebendo a demanda das famílias dos seus sócios, passou a oferecer, também, aulas particulares noturnas de francês e de inglês (DRG, 06/08/1854). Do mesmo modo, o Gabinete de Leitura, no final da década de 1870, também irá oferecer aulas noturnas. No entanto, ao longo desse período, a crise se amplia<sup>22</sup> e surgem notas na imprensa de sócios do Gabinete de Leitura em busca de alguma solução para encerrar esse quadro delicado. Um sócio, sem se identificar, criticava o descaso de alguns membros da elite local, que não se interessavam em fazer parte desse importante espaço da cultura letrada:

---

<sup>22</sup> As manifestações da crise que estava vivenciando o Gabinete eram constantes na imprensa, que chegou a enviar cartas circulares convidando outros membros da elite local para se associarem ao estabelecimento, como podemos visualizar na nota: “[...] O gabinete de leitura d’esta cidade, único em seu gênero que, infelizmente existe entre nós, no louvável empenho de atingir a um desejado grau de aumento e prosperidade, **acaba de dirigir a vários cavalheiros de nossa sociedade, cartas circulares convidando-os a fazer parte d’essa útil e proveitosa instituição, que, tem lutado até aqui com o mais condenável e enervador indiferentismo.** Sabemos que muitos d’elles, têm aceito sem o menor constrangimento o convite da directoria que dirige actualmente aquelle estabelecimento. Louvamos tão acertada idéia; e possa ella trazer ao GABINETE DE LEITURA d’esta cidade elementos de estabilidade e progresso (DRG, 25/04/1878, grifos nossos).

Muito limitado é hoje o numero de subscriptores com que conta o Gabinete. Podemos garantir que tem apenas cento e dez socios e accionistas, quando em tempos que já lá vão chegou a ter mais de quatrocentos. E d'estes cento e dez assignantes a maioria jovens de nossa sociedade, inclusive algumas illustres senhoras; notando-se com admirável pezar que os homens de letras, os formados, os proprietarios e os commerciantes não estejam inscriptos no numero de seus sócios (DRG, 27/01/1877).

A única alternativa viável, encontrada pelos gestores do Gabinete, foi transformá-lo em uma biblioteca, ampliando suas atividades e seu público. Dessa forma, em 04 de junho de 1878, o Gabinete passa a denominar-se *Bibliotheca Rio Grandense*, uma “sociedade de recreio espiritual e de difusão da instrução” (FONTOURA, 1933, p.28). Um dos responsáveis pela nova concepção desse espaço foi o Sr. Francisco Antônio Affonso, mais conhecido como Barão de Villa Izabel<sup>23</sup>, exercendo o cargo de presidente da Biblioteca em 1878 e em 1879<sup>24</sup>.

Vale frisar que, durante as últimas décadas do século XIX, muitas mudanças vinham ocorrendo no país e que, direta ou indiretamente, influenciavam o cotidiano das Províncias. Segundo Peres (2002), alguns projetos de instrução pública foram desencadeados por uma série de transformações significativas durante esse período.

Circulavam ideias de formação do espírito nacional, do progresso, da soberania, da modernidade, pois, além da abolição, outras significativas mudanças ocorriam no país: a disseminação dos ideais positivistas, a chegada de grandes contingentes de imigrantes, o advento da República, fomentando ainda mais estas discussões e preocupações. Tais ideias e acontecimentos influenciaram sobremaneira as principais medidas no campo educacional nas últimas décadas do século XIX. Foram estas ideias, por conseguinte, que sustentaram a criação e expansão de cursos noturnos de instrução primária em quase todas as principais cidades das Províncias do Império (PERES, 2002, p.24).

<sup>23</sup> Segundo Neves (1989), o Barão de Vila Isabel era natural da cidade do Porto e veio ainda criança com a família para a cidade do Rio Grande. Seus pais adquiriram grande área na Ilha dos Marinheiros, que mais tarde foi herdada por Francisco Antônio. Fora “autodidata e compenetrado estudioso, desde mocinho tornou-se cidadão muito culto e prestativo” (NEVES, 1989, p.51). Recebeu o título de Barão, em 1877, segundo nota publicada na imprensa: “Constava na côrte que fôra agraciado com o título de barão de Villa Izabel o Sr. Francisco Antonio Affonso, residente n’esta cidade” (DRG, 17/09/1877).

<sup>24</sup> A diretoria da Biblioteca, para o ano de 1879, era composta por: Presidente: Barão de Villa Isabel, reeleito; Vice-presidente: Capitão Dr. Francisco Clementino Santiago Dantas; 1º secretário: Alfredo Luiz de Mello, reeleito; 2º secretário: **Alfredo Antonio Santos**; Tesoureiro: Eduardo Gomes Pereira, reeleito; Bibliotecário: Arnaldo José Pereira; Diretores: Carlos Eugenio Fontana; Apolinário Francisco de Oliveira; Comissão de Contas: **Hilário Ribeiro de Andrade e Silva**; Anselmo José Pereira, Joaquim Antunes Guimarães (DRG, 27/01/1879, grifos nossos). Destacamos os nomes dos membros Alfredo Antonio dos Santos e Hilário Ribeiro de Andrade e Silva, pois estes exerceram importantes funções na educação do município: Alfredo dos Santos foi diretor do *Collegio União* e depois professor do *Collegio Ernst*, já Hilário Ribeiro foi professor, em Porto Alegre, um dos fundadores do *Partenon Literário* e criou um curso noturno na cidade do Rio Grande no final da década de 1870.

Em 17 de março de 1879, foi inaugurada a primeira aula noturna de Primeiras Letras, na Bibliotheca Rio-Grandense, iniciando com 35 alunos e tendo como professor responsável Francisco Rodrigo de Souza<sup>25</sup> (RELATÓRIO, 1888)<sup>26</sup>.

É importante destacar que a Biblioteca, a fim de poder manter-se financeiramente, continuava alugando salas para outras instituições que precisassem de espaço físico. No final da década de 1870, vão funcionar as aulas do *Collegio Brasil*, colégio particular dirigido por W. Reugé d'Orloff (Figura 2), e também um curso particular de Taquigrafia, disciplina vinculada ao ensino secundário (ARRIADA, 2007), mas que não era oferecida nos programas de ensino dos colégios particulares da cidade (DRG, 07/11/1878).

**Figura 2** – Anúncio do Collegio Brasil, dirigido pelo Prof. W. Reugé d'Orloff.



Fonte: Jornal Diario do Rio Grande, 29 de maio de 1879. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense.

Em face disso, pode-se afirmar que, a partir desse momento, essa Instituição cultural acentua suas características como biblioteca e amplia sua função social, criando e mantendo aulas noturnas gratuitas, conferências literárias, entre outras atividades que demonstram sua intenção de consolidar-se como um espaço educativo-cultural capaz de estabelecer novas redes de sociabilidade com a população local. Sua história, como inicia

<sup>25</sup> Segundo Teixeira (2017, p.133), “O Prof. Francisco Rodrigo de Souza também vai ministrar aulas no *Collegio Brasil* e será diretor de dois estabelecimentos particulares de educação primária e secundária, o *Collegio S. José* e o *Athenêo Luzo-Brasileiro*, criados na década de 1880, na cidade do Rio Grande. Também cabe mencionar que o Prof. Francisco foi secretário, no ano de 1889, da *Imperial Sociedade de Instrução e Recreio*, demonstrando fazer parte também das redes de sociabilidade existentes no município (DRG, 20/06/1889)”.

<sup>26</sup> Um exemplo semelhante ao da Bibliotheca Rio-Grandense é o da Biblioteca Pública Pelotense, criada em 1875, e que, em 1877, passava a oferecer cursos noturnos de instrução primária (PERES, 2002).

em 1846, reconfigura-se em 1878 e se estende até os dias de hoje, sendo considerada uma das bibliotecas mais antigas do Brasil<sup>27</sup>.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande e, conseqüentemente, da Bibliotheca Rio-Grandense merecem reconhecimento e destaque na história das bibliotecas do Brasil, tanto pela sua função social e trajetória cultural, como por se manter em funcionamento até os dias de hoje, contabilizando mais de 170 anos de atividades. Uma das atividades que marcou a trajetória da Instituição, além das aulas noturnas, foram as conferências que têm início na década de 1880.

Outro acontecimento significativo que ocorreu nos salões da biblioteca e que demonstra a sua representatividade na sociedade local foi a entrega de 140 cartas de alforria no simbólico 07 de setembro de 1884<sup>28</sup>. É importante pontuar que houve um movimento abolicionista, por parte das elites, no Império, que reverberou em toda a Província de São Pedro na década de 1880. Conforme Krob (2011, p.15), esse movimento “se organizou através das sociedades emancipadoras, clubes e centros abolicionistas, coordenando a propaganda contra a escravidão através da imprensa, promovendo palestras e conferências públicas etc.”.

É significativo mencionar que, cumprindo seu papel de espaço de sociabilidade voltado à leitura e à instrução, o acervo da Biblioteca Rio-Grandense, em 1887, contava com um número expressivo de 10.424 volumes distribuídos entre livros, jornais, revistas, mapas, entre outros (RELATÓRIO, 1888). Naquele mesmo ano, a Biblioteca adquiriu, por meio de compra, um total de 43 livros e recebeu, por meio de doação, 895 obras literárias, 75 números de jornais e 3 mapas (RELATÓRIO, 1888, p.30). Em 1891, o acervo da Biblioteca já possuía 12.222 volumes, um aumento relativamente significativo em quatro anos (RELATÓRIO, 1893, p.9).

Por fim, é importante reconhecer que todo investimento dessa Instituição esteve sempre atrelado à educação do município. Essa ligação se deu, tanto por meio de aulas

<sup>27</sup> A Biblioteca Rio-Grandense está localizada na Rua General Osório, 454, no centro histórico da cidade do Rio Grande. Para mais informações, acessar: <http://www.bibliotecariograndense.com.br/>

<sup>28</sup> Segundo foi publicado na imprensa local: “Nos salões da Bibliotheca Rio-Grandense entregar-se-hão, hoje, às 4 horas da tarde, 140 cartas de liberdade. É franca a concorrência a essa patriótica festa, para o brilhantismo da qual, segundo somos informados, far-se-hão ouvir diversos cavalheiros. É provável pois, que, como é costume, acham-se logo apinhoados de curiosos os salões da alludida associação” (DRG, 07/07/1884).

públicas e particulares, quanto pelo acesso à leitura de publicações de diversas origens e pelas discussões de teses e realização de conferências que visavam debater temas relacionados à vida da sociedade daquele período. Não podemos deixar de reconhecer que, em sua trajetória, os gabinetes e as bibliotecas se constituíram como instituições voltadas para um determinado grupo social, mas que, sobretudo, nas últimas décadas do século XIX, buscaram contemplar e beneficiar outros públicos, como foi o caso da Bibliotheca Rio-Grandense. Indo além de sua função de espaço de leitura e de sociabilidade, constituíram-se como importantes espaços de instrução pública, marcados pelos investimentos de uma elite intelectual local (TEIXEIRA; TAMBARA, 2013). Nesse sentido, é possível afirmar que essa Instituição se consolidou como um importante espaço educativo na cidade, cumprindo com sua função social tanto no âmbito do incentivo às práticas de leitura como na divulgação e produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC, 2000.
- ANACLETO, Regina. **O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**. São Paulo: Dezembro Editorial, 2004.
- ARRIADA, Eduardo. A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público. Porto Alegre, 2007. 372f. **Tese** (Doutorado). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. PUCRS, 2007.
- BERUTE, Gabriel Santos. Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). **Tese** (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre/RS, 2011, 309f.
- CATÁLOGO** dos livros do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul. Rio Grande: Typ. do Artista de Antonio da Cunha Silveira, Rua dos Príncipes nº44, 1877.
- CESAR, Willy. **Centenário do Colégio Lemos Jr**: Rio Grande. Rio de Janeiro: Ed. UniverCidade, 2007.
- DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DIÁRIO DO RIO GRANDE**, 1849, 1852, 1853, 1854, 1856, 1859, 1860, 1867, 1872, 1873, 1877, 1878, 1879, 1884, 1889. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande/RS.
- DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FONTOURA, Edgar. **A Bibliotheca Riograndense**. Conferência realizada na Bibliotheca Riograndense, em sessão comemorativa do 87º aniversário de sua fundação. 1933. Oficinas do Rio Grande, Rio Grande.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Ed. Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

- KROB, Bruna Emerim. Libertos sob cláusulas de prestação de serviços: os contratos de trabalho estabelecidos a partir das cartas de alforria registradas nos cartórios de Porto Alegre em 1884. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Licenciatura em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 67p.
- LONER, Beatriz Ana. Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 1999.
- MARTINS, Ana Luiza. Os gabinetes de leitura no Império: casas esquecidas da censura? In: **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p.395-410.
- MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.
- NEVES, Décio Vignoli das. **Vultos do Rio Grande**. 3º Tomo. Rio Grande, 1989.
- OSORIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.20, nº39, p.115-134, 2000.
- PERES, Eliane Teresinha. **Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.
- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande**. Of. Gráfica da Imprensa Nacional. Porto Alegre, 1944. Vol.1.
- REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DE LEITURA**. In: **CATÁLOGO** dos livros do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul. Rio Grande: Typ. do Artista de Antonio da Cunha Silveira, Rua dos Príncipes nº44, 1877.
- RELATÓRIO** apresentado à Assembleia Geral pela Directoria de 1892. Rio Grande: Oficinas da Livraria Americana, 1893.
- RELATÓRIO** da Bibliotheca Rio-Grandense apresentado pela Directoria à Assembleia Geral em 22 de janeiro de 1888. Rio Grande: Typographia do Artista – de Franklin da Fonseca Torres, 1888.
- RELATÓRIO** da Companhia Industrial e Mercantil Rio-Grandense. Relatório para ser apresentado pela Directoria em Assembleia Geral de 21 de fevereiro de 1894. Cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. Do Artista, de Franklin da Fonseca Torres, 1894.
- RELATÓRIO E BALANÇO** da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio-Grandense. Relatório e Balanço do anno de 1890 a apresentar a assembleia geral dos accionistas convocada para 27 de fevereiro de 1891. Rio Grande: Typ. Do Artista, de Franklin da Fonseca Torres, 1891.
- SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.
- SHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005, p.229-243.
- SILVEIRA, Josiane Alves da. RIO GRANDE: portas abertas para as importações de sal no século XIX. **Monografia** (Curso de História). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2006, 67p.
- TAMBARA, Elomar. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil**. Pelotas: Seiva Publicações, 2003.
- TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (orgs). **Coletânea de leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro: Lei de 1827; Reforma Couto Ferraz-1854; Reforma Leôncio de Carvalho-1879**. Pelotas: Seiva, 2005.
- TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. A instrução da mocidade rio-grandina: o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS (1850-1889). **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, RS, 2017, 385f.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo; TAMBARA, Elomar. O Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande/RS: a gênese da Bibliotheca Rio Grandense (1846-1878). In: **Cultura e Identidades do Rio Grande**. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2013, p.365-393.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961). **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, RS, 2013, 235f.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). **Max Weber – Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982, p.211-228.